



---

Canal Energia – 29 Abr 2004

## **Riscos podem elevar em 27% custo da energia para consumidor**

**Levantamento da CBIEE junto a bancos identifica que aumento de custo do capital próprio dos investidores chega a 9%**

Os diversos riscos associados direta e indiretamente ao setor elétrico brasileiro podem elevar em até 27% o custo da energia para os consumidores. A sinalização consta de um levantamento feito pela CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica) junto a bancos e instituições financeiras. O trabalho é baseado em estudos elaborados pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico, criado pelo governo durante a crise de racionamento de 2001/2002.

Pela sistemática do estudo, o aumento do custo da energia para os consumidores equivale a três vezes o aumento do custo do capital próprio aplicado pelos investidores. Levando-se em conta os impactos embutidos nos riscos Brasil (da ordem de 6%, segundo os bancos), político (1,5%) e regulatório (1,5%), a elevação no custo do capital, depreciando o investimento, seria de 9%. Para o consumidor, o efeito da percepção dos riscos chegaria então a 27%.

"É importante identificar que esses riscos têm um impacto direto três vezes maior no custo da energia para o consumidor em geral, se comparado ao aumento no custo de capital para os investidores", ressalta o presidente da CBIEE, Claudio Sales. O executivo apresentou os dados nesta quinta-feira, dia 29 de abril, durante seminário promovido pela Tendências Consultoria, em São Paulo. O levantamento não leva em conta os efeitos do risco tributário.

Neste caso, Sales afirma que medidas recentes do governo tendem a pressionar a carga tributária no setor, resultando em um peso maior nas contas. "Em 2004, a parcela da carga tributária vai crescer em função do aumento da alíquota da Cofins. E o impacto para a empresa recai diretamente no consumidor", afirma. Cenário baseado em dados do ano passado demonstra que a fatia de impostos e encargos representa cerca de 35% das tarifas.

O tributarista Antonio Ganim, da Premium Auditores Independentes, explica que, com as recentes mudanças nas alíquotas do PIS (que passou de 0,65% para 1,65%) e da Cofins (de 3% para 7,6%), a taxa sobre a empresa do setor elétrico deixará de ser isonômica, devido ao fim da cobrança em cascata. A aplicação dos impostos, baseada agora nos créditos gerados pelas companhias, fará com que cada concessionária tenha um resultado diferenciado na tarifa, explica o especialista.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) está avaliando os mecanismos de tributação da nova alíquota da Cofins nas atividades das empresas do setor. O estudo está sendo elaborado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira do órgão, e após concluído, deve ser encaminhado para a análise da Secretaria da Receita Federal. Os efeitos das mudanças, em vigor desde fevereiro deste ano, serão percebidos apenas a partir de 2005.